



CESP - Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
www.cesp.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021, ainda que bastante desafiador em termos hidrológicos, foi marcado por muitas conquistas para a CESP. Avançamos em uma série de projetos fundamentais para garantir de um futuro sustentável para o negócio que a Companhia passa a contribuir a partir de agora, com a formação da nova empresa, a Auren Energia S.A. Em 2021 avançamos na gestão de nosso balanço energético, na nossa estratégia comercial de longo prazo, demos continuidade aos ganhos de eficiência para o negócio e demos importantes passos em nossa agenda ESG. A crise hídrica teve efeito relevante no nosso desempenho financeiro em 2021. Como todas as geradoras de energia hidrelétrica no SIN, a CESP foi penalizada pela queda na geração de energia hidrelétrica em âmbito nacional e a consequente deterioração do GSF. Ainda assim, tivemos êxito em nossa estratégia comercial, que além de outras frentes, envolvia a aquisição de energia de forma antecipada e com preços competitivos para que pudessemos equilibrar nosso balanço energético de 2021 e 2022. Se por um lado a crise nos trouxe um cenário desafiador pelo lado da compra de energia, na ponta vendedora, a CESP conseguiu capturar as janelas de oportunidade, principalmente na venda de energia a partir de 2024. Durante todo o ano, avançamos em nossa estratégia go-to-market, que visa a ampliação e diversificação da base de clientes buscando a redução de riscos e maximização de resultados. Um outro grande destaque de atuação em 2021 foi o gerenciamento do contencioso passivo. Seguimos dedicados à resolução, por julgamentos e negociações, da carteira de ações judiciais, buscando constantemente a redução do risco. Finalizamos o ano de 2021 com uma redução, após a correção monetária, de R\$1,8 bilhão nas contingências passivas totais em relação ao saldo de dezembro de 2020, corroborando com nossa estratégia de desmonte da carteira. A redução aqui mencionada resultou em uma queda no ano de 24%, ou R\$ 419 milhões, do saldo de perda provável, aquela parcela do contencioso passivo integralmente provisionada. Na frente operacional, seguimos trabalhando para melhorar, cada vez mais, a gestão de nossos ativos mesmo frente a todas as dificuldades relacionadas à crise hídrica. Também neste ano, as UHEs Parabuna e Porto Primavera aderiram à repactuação do GSF, resultando no reconhecimento de R\$782 milhões como ressarcimento e extensão do prazo de concessão das usinas em 15 meses e 7 anos, respectivamente. Um movimento bastante importante em 2021 foi a aprovação pela PREVIC do processo de migração do plano de previdência da VIVEST. A migração segue vigente e deve ser concluída no primeiro semestre deste ano, representando mais uma importante iniciativa em nosso plano de mitigação do risco atuarial para a Companhia. Na frente de ESG, nossa agenda evoluiu enormemente. Demos continuidade na implantação da Plataforma de Sustentabilidade da CESP, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na matriz de materialidade. Nosso foco é a proatividade ambiental e climática, desenvolvimento humano em particular nas comunidades nas quais estamos inseridos e crescimento inclusivo. Como resultado, a MSCJ Inc., principal agência de classificação de riscos ESG, elevou o nosso rating socioambiental de "BBB" para "A" (em uma escala de CCC - AAA), a segunda revisão positiva da nota da CESP em menos de dois anos. Enquanto todas essas frentes avançavam, a Companhia recebeu de seus acionistas controladores uma proposta de reorganização societária visando a criação de uma das principais companhias de capital aberto do setor elétrico brasileiro, mais um importante marco em nosso processo de transformação. Esta proposta foi analisada e avaliada por um Comitê Independente, sendo definida e aprovada a relação de substituição entre as ações das companhias, pelo nosso Conselho de Administração em janeiro de 2022. A Assembleia que deliberou favoravelmente sobre o tema ocorreu em 15 de fevereiro deste ano. Com isso, depois do cumprimento de todos os prazos legais aplicáveis e das condições precedentes da operação, as ações da CESP em 25 de março de 2022 foram incorporadas e hoje a Companhia é uma subsidiária integral da Auren Energia S.A. É recomendador olhar para trás e ver o que conquistamos desde a privatização da Companhia em 2018. Com esse sentimento de dever cumprido, ingressamos em uma nova fase, prontos para continuar trabalhando e buscando oportunidades que gerem cada vez mais valor aos nossos acionistas. Agradecemos a todos que nos acompanharam nesta história e os convidamos para embarcar em um novo capítulo desta jornada de sucesso no setor elétrico brasileiro.

Mario Bertoni Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Marcelo de Jesus Diretor Financeiro

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP é uma empresa geradora de energia criada em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo com a fusão de 11 empresas paulistas de energia elétrica. Em 19 de outubro de 2018, o leilão das ações da CESP teve como vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM") e pela SF Ninety Two Participações Societárias S.A. ("SF 92"), resultado da parceria da Voltronam Energia com o fundo canadense Canada Pension Plan Investment Board ("CPPIB Investments"). Em 11 de dezembro de 2018, após a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações com o Estado de São Paulo, a CESP passou a ser uma empresa de controle privado.

PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão de duas usinas de geração hidrelétrica sob contrato de concessão (UHE Porto Primavera e UHE Itaipu Binacional) e de energia e UHE Parabuna) com um total de 16 unidades geradoras, 1.627 MW de potência e 935 MW médios de garantia física de energia. As usinas

estão instaladas nas bacias hidrográficas do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado. Conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 23 de junho de 2019, decidimos pela não renovação da concessão da Usina Hidrelétrica Jaguari, que representava menos de 2% da sua energia assegurada total. Após o termo final de concessão do ato, em maio de 2020, a CESP operou a usina em formato temporário até 31 de dezembro de 2020, quando a transferiu para o novo operador designado pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos da Portaria MME nº 409/2020.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na CESP, o objetivo da Governança Corporativa é de contribuir para a criação de valor aos acionistas e stakeholders da Companhia, em observância aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, visando o fortalecimento da estrutura de gestão e governança com a finalidade de solidificar os pilares para a perenidade da Companhia e seus negócios. Dessa forma, a Companhia acredita firmemente que a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa contribui para o sucesso e a prosperidade de todas suas atividades. Neste sentido, a CESP segue um conjunto de regras que disciplinam as relações entre a Companhia, seus acionistas e o mercado financeiro, como é o caso do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e de todos os normativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Além disso, a CESP busca continuamente incorporar novas práticas e condutas de Governança Corporativa, inclusive superiores ao requerido pelo Segmento de Listagem do Nível 1 da B3. A CESP também está comprometida com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa, emitido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, um instrumento importante para administradores e investidores acompañarem as práticas de Governança Corporativa das companhias brasileiras.

SUSTENTABILIDADE

A CESP configura-se no setor de energia como empresa sólida, com o compromisso de incorporar na estratégia de sua nova gestão e de seus negócios, as melhores práticas de sustentabilidade empresarial, minimizando os impactos sociais e ambientais de suas operações. Em 2021, a Companhia deu continuidade na implantação da agenda de ESG estabelecida em 2020 por meio, por exemplo, da criação da Plataforma de Sustentabilidade que, com base em uma análise integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e de uma avaliação de materialidade estabeleceu três linhas temáticas de atuação: **Proatividade ambiental e climática** - Alinhar geração de energia elétrica à garantia dos usos múltiplos da água em ações desenvolvidas em prol da conservação do ecossistema, da minimização dos impactos das operações, da adaptação às mudanças climáticas, da educação ambiental e do bom relacionamento com a comunidade. **Desenvolvimento local e humano** - Busca contínua de geração de valor e compromisso com a transparência na Administração, reforçando os compromissos com as partes interessadas: funcionários, comunidades, clientes, fornecedores e investidores. E isso se dá oferecendo condições de trabalho, saúde, segurança, bem-estar, diversidade e atuação transparente, garantindo direitos e oportunidades de desenvolvimento humano e geração de negócios. **Crescimento inclusivo** - A sustentabilidade e a rentabilidade devem caminhar juntas. Por isso, deve-se focar na criação de programas socioambientais que impulsionem uma nova mentalidade entre funcionários e comunidade, proporcionando inclusão financeira, inclusão social e desenvolvimento de competências locais. Ao longo de 2021 nossos esforços foram orientados pelas três linhas temáticas de nossa Plataforma de Sustentabilidade. Nesse contexto, desenvolvemos uma série de ações visando o amadurecimento de nossos processos de gestão de sustentabilidade e, ao mesmo tempo, engajamos nossos colaboradores em nossos compromissos com as temáticas Ambientais, Sociais e de Governança.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2021, a produção de energia elétrica nas usinas operadas pela CESP atingiu 796 MW médios, 23% inferior a 2020 (1.032 MW médios). A redução continua trazendo os efeitos da crise hídrica que tem impactado, principalmente, a bacia do rio Paraná, onde se encontra a UHE Porto Primavera. O primeiro semestre e o quarto trimestre do ano de 2021 foram marcados pela crise hídrica, principalmente na região Sudeste do país a qual se manteve, sendo constatadas afliências próximas das piores séries históricas. Esse cenário fez com que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico ("CMSE") autorizasse a ONS a despachar usinas termelétricas para garantir a segurança energética do país e, como consequência, a geração das usinas hidrelétricas foi reduzida para preservação dos níveis dos reservatórios. Dessa forma, o ONS implementou um menor despacho na UHE Porto Primavera com o objetivo de preservar o armazenamento das usinas. É importante pontuar que a UHE Itaipu Binacional está localizada no final da cascata do rio Paraná, ficando abaixo (e usante) da UHE Jupia e acima (a montante) da UHE Itaipu. As três usinas citadas operam em regime fio d'água, o que significa que não possuem capacidade significativa de regularização das vazões em seus reservatórios. Com isso, a geração de energia dessas usinas depende da vazão afluente proveniente das usinas localizadas a montante. No caso da bacia do rio Paraná, os principais reservatórios são os das UHEs Itaipu Binacional e UHE Itaipu. Esta configuração da cascata hidrelétrica contribui para a redução da vazão nas usinas a fio d'água contribuindo para a preservação dos estoques de água nos reservatórios localizados a montante destes

ativos. Com relação à UHE Parabuna, a programação de produção da usina se dá em função do controle da vazão na bacia do rio Paraíba do Sul, com a definição pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") da vazão defluente das usinas da cascata com o objetivo de atendimento às restrições hidráulicas da bacia. No 4T21, o ONS reduziu a geração nas usinas de cabeceira da bacia do rio Paraíba do Sul (dentre elas a UHE Parabuna) em função do início das chuvas que aumentou a vazão natural do rio, necessitando menos da complementação da vazão pelas usinas para atendimento às necessidades citadas. Desta forma, os reservatórios iniciam a recuperação de seu armazenamento. Em 2021, as usinas operadas pela CESP atingiram o índice de disponibilidade médio de 95,8%, índice superior ao 95,7% de 2020, demonstrando de forma contínua a eficiente gestão da manutenção das usinas em 2021 e o bom desempenho operacional dos ativos de geração. O índice de disponibilidade das usinas da CESP se mantém consistentemente superior aos valores de referência estabelecidos pela ANEEL e em trajetórias crescente, demonstrando a qualidade da operação e manutenção dos ativos operacionais e a adequada gestão dos riscos operacionais.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional: A receita operacional líquida em 2021 totalizou R\$2,3 bilhões, aumento de R\$376 milhões (+20%) em relação aos R\$1,9 bilhão em 2020, majoritariamente decorrente de: **Trading:** Aumento de R\$252 milhões em função do crescimento do volume e incremento significativo no preço médio (R\$249/MWh em 2021 vs. R\$156/MWh em 2020) das operações de trading realizadas pela CESP Comercializadora no período, com receita total de R\$364 milhões em 2021 vs. R\$112 milhões em 2020. **Mercado Livre - Contratos Bilaterais:** Incremento de R\$114 milhões explicado pelo maior preço médio dos contratos (R\$230/MWh em 2021 vs. R\$215/MWh em 2020), totalizando uma receita de R\$1,8 bilhão em 2021 vs. R\$1,6 bilhão em 2020. **Mercado Regulado - Leilão de Energia:** Aumento de R\$24 milhões decorrente do reajuste dos preços dos contratos (R\$259/MWh em 2021 vs. R\$247/MWh em 2020), com receita total de R\$522 milhões em 2021 vs. R\$498 milhões em 2020. **Energia de curto prazo:** Aumento de R\$17 milhões em decorrência da maior liquidação de energia neste mercado em 2021 em relação a 2020, totalizando uma receita de R\$72 milhões em 2021 vs. R\$55 milhões em 2020. **Instrumentos financeiros derivativos:** Redução da despesa em R\$1,4 milhão pela leve melhora de resultados na liquidação entre a taxa a termo contratada e a taxa de mercado (Plax) entre os períodos, totalizando uma despesa de R\$115 milhões em 2021 vs. R\$116 milhões em 2020. Esses efeitos foram parcialmente compensados por: **Deduções:** Aumento da despesa em R\$26 milhões, explicado principalmente pelo aumento do PIS e COFINS, em linha com o aumento das receitas operacionais, totalizando deduções de R\$312 milhões em 2021 vs. R\$287 milhões em 2020.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$973 milhões em 2021, frente a uma despesa de R\$1,104 milhões registrada em 2020, uma variação de R\$131 milhões na comparação dos períodos, devido principalmente a: **Custo de compra de energia:** Impacto negativo de R\$520 milhões (R\$1,122 milhões em 2021 vs. R\$603 milhões em 2020), decorrente principalmente de: Incremento de R\$299 milhões nas compras para as operações de trading em 2021 (R\$383 milhões) vs. 2020 (R\$83 milhões), em linha com a estratégia da Companhia para o período. **Aumento de R\$223 milhões na energia comprada para equacionamento do balanço energético** pela manutenção do cenário hidrológico desfavorável em 2021 (R\$699 milhões) vs. 2020 (R\$476 milhões), resultado de maior volume e preço de compra. **Provisão de Impairment:** A atualização anual do teste de impairment do ativo imobilizado gerou um efeito negativo de R\$256 milhões (provisão de R\$249 milhões em 2021 vs. reversão de R\$8 milhões em 2020). O impacto derivou do registro da extensão de concessão pela repactuação do GSF das usinas em agosto de 2021. Efeitos compensados parcialmente por: **Repactuação do risco hidrológico:** Impacto positivo de R\$782 milhões (R\$483 milhões líquido de impairment) resultado da homologação dos cálculos de extensão de concessão das UHEs Parabuna (R\$43 milhões) e Porto Primavera (R\$739 milhões); e **Reversão de provisão para litígios:** Impacto positivo de R\$159 milhões, devido à reversão de provisão no valor de R\$426 milhões em 2021 vs. R\$267 milhões em 2020, sendo este um efeito não-caixa.

EBITDA

| (R\$ mil) | 2021 | 2020 | Δ |
|------------------------------------|------------------|------------------|-----------------|
| Lucro Líquido | 440.827 | 1.728.762 | (75%) |
| IR e CSLL líquidos | 264.612 | (1.471.964) | - |
| Resultado financeiro | 614.167 | 555.928 | 10% |
| EBIT | 812.726 | 612.736 | 62% |
| Depreciação e amortização | 421.008 | 397.329 | 6% |
| EBITDA | 1.740.614 | 1.210.055 | 44% |
| PDV | - | 14.988 | - |
| Reversão de provisão para litígios | (425.693) | (266.644) | 60% |
| Baixa de depósitos judiciais | 60.256 | 63.284 | (5%) |
| Repactuação GSF | (761.974) | - | - |
| Impairment | (219.606) | (7.589) | (2.880%) |
| EBITDA ajustado | 841.723 | 1.014.104 | (17%) |
| Margem EBITDA ajustado | 36,7% | 52,9% | (16 p.p.) |

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

| BALANÇO PATRIMONIAL | | | | | | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | | | | | |
|---|------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) | | | | | | EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) | | | | | |
| ATIVO | Nota | Consolidado | | Controladora | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | Consolidado | | Controladora | |
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | | | 2021 | 2020 | | |
| CIRCULANTE | | | | | | CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 428.231 | 713.384 | 376.541 | 643.045 | Fornecedores | 16 | 141.264 | 103.080 | 63.188 | 42.342 |
| Aplicações financeiras | 7.3 | 77.751 | - | 77.751 | - | Debêntures | 17 | 98.018 | 18.220 | 98.018 | 18.220 |
| Contas a receber | 8 | 268.439 | 272.817 | 176.044 | 213.276 | Arrendamentos | - | 1.793 | 1.700 | 1.793 | 1.700 |
| Tributos a recuperar | - | 28.847 | 61.190 | 15.165 | 48.639 | Instrumentos financeiros derivativos | 27.5 | 12.699 | 95.084 | 8.288 | 58.936 |
| Dividendos a receber | 25 | - | - | 766 | 1.158 | Contratos futuros de energia | 21 | 282.619 | 120.475 | - | - |
| Despesas antecipadas | - | 6.015 | 1.957 | 6.015 | 1.957 | Obrigações estimadas e folha de pagamento | - | 22.380 | 23.387 | 20.989 | 22.479 |
| Contratos futuros de energia | 21 | 270.815 | 103.139 | - | - | Tributos a recolher | - | 20.528 | 40.721 | 16.611 | 32.084 |
| Outros ativos | 9 | 5.811 | 99.509 | 5.786 | 69.484 | Encargos setoriais | - | 20.170 | 76.507 | 20.170 | 76.507 |
| Ativos mantidos para venda | - | 1.085.909 | 1.221.996 | 656.068 | 977.559 | Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio | 18 | - | - | - | - |
| | | 8.428 | - | 8.428 | - | UBP - Uso do bem público | 19 | 389.668 | 581.919 | 389.668 | 581.919 |
| NÃO CIRCULANTE | | 1.094.337 | 1.221.996 | 666.496 | 977.559 | Obrigações socioambientais | 20 | 42.462 | 41.307 | 42.462 | 41.307 |
| Realizável a longo prazo | - | - | - | - | - | Obrigações socioambientais | 20 | 38.013 | 28.426 | 38.013 | 28.426 |
| Caucões e depósitos judiciais | 10 | 195.968 | 260.496 | 195.968 | 260.496 | Outros passivos | 24 | 96.975 | 22.906 | 96.947 | 22.898 |
| Contratos futuros de energia | 21 | 341.292 | 25.297 | - | - | | | 1.166.589 | 1.153.732 | 796.147 | 926.818 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11 | 3.408.993 | 3.954.680 | 3.401.864 | 3.933.797 | NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Almoarifado | - | 6.042 | 6.023 | 6.042 | 6.023 | Debêntures | 17 | 1.897.895 | 1.800.854 | 1.897.895 | 1.800.854 |
| Ativos sujeitos à indenização | 12 | 1.739.161 | 1.739.161 | 1.739.161 | 1.739.161 | Arrendamentos | - | 3.674 | 4.788 | 3.674 | 4.788 |
| Investimentos | 13 | 5.691.356 | 5.985.657 | 5.343.035 | 5.939.477 | Instrumentos financeiros derivativos | 27.5 | 3.674 | 4.788 | 3.674 | 4.788 |
| Imobilizado | 14 | 5.722.424 | 5.956.429 | 5.722.424 | 5.956.429 | Contratos futuros de energia | 21 | 337.697 | 29.405 | - | 6.019 |
| Intangível | 15 | 1.913.809 | 1.509.895 | 1.913.422 | 1.509.895 | Encargos setoriais | 18 | - | 1.240 | - | 1.240 |
| Direito de uso sobre contratos de arrendamento | - | 5.256 | 6.323 | 5.256 | 6.323 | UBP - Uso do bem público | 19 | 87.531 | 114.057 | 87.531 | 114.057 |
| | | 13.332.845 | 13.458.304 | 13.052.547 | 13.443.300 | Provisão para litígios | 23 | 1.329.360 | 1.748.257 | 1.329.360 | 1.748.257 |
| TOTAL DO ATIVO | | 14.427.182 | 14.680.300 | 13.719.043 | 14.420.859 | Obrigações socioambientais | 20 | 187.825 | 152.749 | 187.825 | 152.749 |
| | | | | | | Benefícios pós-emprego | 22 | 1.785.499 | 2.412.379 | 1.785.499 | 2.412.379 |
| | | | | | | Outros passivos | 24 | 47.550 | 47.485 | 47.550 | 47.485 |
| | | | | | | | | 5.677.031 | 6.320.355 | 5.339.334 | 6.287.828 |
| | | | | | | TOTAL DO PASSIVO | | 6.843.620 | 7.474.087 | 6.135.481 | 7.214.646 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | | | | | |
|--|---------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) | | | | | |
| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Receita líquida | | | | | |
| Custo do serviço de energia elétrica | 4 | (985.638) | (1.189.842) | (205.342) | (735.393) |
| Custo com energia elétrica | - | (1.298.848) | (751.687) | (518.638) | (297.438) |
| Custo com operação | - | (468.764) | (437.955) | (468.678) | (437.955) |
| Repactuação do risco hidrológico | 1.2 (c) | 781.974 | - | 781.974 | - |
| Lucro bruto | | 1.307.175 | 727.606 | 1.307.630 | 689.567 |
| Recargas (despesas) operacionais | | | | | |
| Gerais e administrativas | - | (125.429) | (111.552) | (115.041) | (100.895) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | - | 137.960 | 196.672 | 124.594 | 216.138 |
| | | 12.431 | 85.120 | 9.553 | 117.243 |
| Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro | | 1.319.606 | 812.726 | 1.317.183 | 806.810 |
| Resultado de participações societárias | | | | | |
| Equivalência patrimonial | 13.3 | - | - | 3.224 | 4.874 |
| | | | | 3.224 | 4.874 |
| Resultado financeiro líquido | | | | | |
| Receitas financeiras | - | 32.528 | 29.742 | 29.953 | 28.211 |
| Despesas financeiras | - | (646.095) | (585.270) | (646.842) | (585.562) |
| | | (614.167) | (555.928) | (616.889) | (557.351) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 705.439 | 256.798 | 703.718 | 254.333 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | |
| Correntes | - | (18.515) | (24.639) | (18.481) | (13.458) |
| Diferidos | - | (246.097) | 1.496.603 | (244.110) | 1.487.887 |
| Lucro líquido do exercício | | 440.827 | 1.728.762 | 440.827 | 1.728.762 |
| Lucro básico por lote de mil ações, em reais | - | 1,35 | 5,28 | 1,35 | 5,28 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) | | | | | |
| | | | | | |

CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | | | |
|--|------|-------------|--------------|-----------|-----------|
| EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) | | | | | |
| | Nota | Consolidado | Controladora | | |
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Geração do valor adicionado | | | | | |
| Receita bruta | 4 | 2.604.979 | 2.203.798 | 1.741.190 | 1.657.513 |
| | | 2.604.979 | 2.203.798 | 1.741.190 | 1.657.513 |
| Insumos | | | | | |
| Energia comprada | 5 | 1.298.848 | 751.687 | 518.638 | 297.438 |
| Repactuação do risco hidrológico | | (781.974) | — | (781.974) | — |
| Serviços de terceiros | | 58.028 | 34.540 | 56.535 | 33.313 |
| Materiais | | 1.469 | 1.676 | 1.452 | 1.296 |
| Outros custos operacionais | | 9.995 | 8.775 | 9.909 | 8.775 |
| | | 586.366 | 796.678 | (195.440) | 340.822 |
| | | 2.018.613 | 1.407.120 | 1.936.630 | 1.316.691 |
| Valor adicionado bruto | | | | | |
| Retenções | 5 | — | — | — | — |
| Depreciação e amortização | | 421.008 | 397.329 | 421.008 | 397.329 |
| Contratos futuros de energia | | (13.235) | 21.444 | — | — |
| | | 407.773 | 418.773 | 421.008 | 397.329 |
| | | 1.610.840 | 988.347 | 1.515.622 | 919.362 |
| Valor adicionado líquido gerado | | | | | |
| Transferências | | | | | |
| Receitas financeiras | 6 | 32.528 | 29.742 | 29.953 | 28.211 |
| Benefícios pós-emprego | 5 | (3.613) | 489 | (3.613) | 489 |
| Equivalência patrimonial | 13.3 | — | — | 3.224 | 4.874 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11.5 | (246.097) | 1.496.603 | (244.410) | 1.487.887 |
| | | (217.182) | 1.526.834 | (214.846) | 1.521.461 |
| Outras | | | | | |
| Reversão da provisão para litígios | 5 | 425.693 | 266.644 | 425.693 | 266.644 |
| Baixa com depósitos judiciais | | (60.256) | (63.284) | (60.256) | (63.284) |
| Provisão (reversão) de impairment de ativo imobilizado e intangível | | (248.520) | 7.589 | (248.520) | 7.589 |
| Seguros | | (4.246) | (5.966) | (4.246) | (5.966) |
| Provisão (reversão) para obrigações socioambientais | | (7.607) | (4.206) | (7.607) | (4.206) |
| Provisão (reversão) de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais | | (429) | 527 | (429) | 527 |
| Reversão de provisão para redução ao valor realizável de aloxamofais | | — | 66 | — | 66 |
| Outras receitas (despesas), operacionais líquidas | | 3.521 | 2.939 | 4.805 | 3.849 |
| | | 108.156 | 204.309 | 109.440 | 205.219 |
| | | 1.501.814 | 2.719.490 | 1.410.216 | 2.646.042 |
| Pessoal | | | | | |
| Remuneração do trabalho | 5 | 74.076 | 83.277 | 66.582 | 75.225 |
| Remuneração do pessoal chave da Administração | | 8.792 | 8.765 | 8.792 | 8.765 |
| | | 82.868 | 92.042 | 75.374 | 83.990 |
| Financiadores e alugueis | | | | | |
| Juros e atualização monetária | 6 | 254.968 | 130.084 | 254.968 | 130.084 |
| Outras despesas financeiras | 6 | 391.727 | 455.586 | 391.727 | 455.478 |
| Alugueis | 5 | 743 | 1.827 | 674 | 1.717 |
| | | 647.438 | 587.497 | 647.316 | 587.279 |
| Intrasteorais - Encargos regulamentares | | | | | |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH | 4 | 37.618 | 51.389 | 37.618 | 51.389 |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | 15.706 | 15.098 | 15.706 | 15.098 |
| Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE | | 5.326 | 4.930 | 5.326 | 4.930 |
| Reserva Global de Reversão - RGR | | 1.773 | 2.579 | 1.773 | 2.579 |
| | | 60.423 | 73.996 | 60.423 | 73.996 |
| Tributos e contribuições sociais | | | | | |
| Federal | 4 | 270.105 | 237.109 | 186.123 | 171.931 |
| Municipais | | 153 | 84 | 153 | 84 |
| | | 270.258 | 237.193 | 186.276 | 172.015 |
| Acionistas | | | | | |
| Juros sobre capital próprio | 26.7 | — | 150.001 | — | 150.001 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | | 389.381 | 447.542 | 389.381 | 447.542 |
| Dividendos adicionais propostos | | — | 252.622 | — | 252.622 |
| Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação) | | 29.404 | 28.965 | 29.404 | 28.965 |
| Constituição de reserva legal | | 22.042 | 86.438 | 22.042 | 86.438 |
| Constituição de reserva estatutária | | — | 90.738 | — | 90.738 |
| Retenção de lucros | | — | 672.456 | — | 672.456 |
| | | 440.827 | 1.728.762 | 440.827 | 1.728.762 |
| | | 1.501.814 | 2.719.490 | 1.410.216 | 2.646.042 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS
1.1. Contexto operacional: A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia tem como acionista controladora a VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"). Em conjunto com sua controladora CESP Comercializadora de Energia S.A. ("CESP Comercializadora"), tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e a comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e silvicultura, com o objetivo de proteger os ambientes onde se encontra a construção de seus reservatórios e instalações. As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações, de acordo com as melhores práticas de mercado. A Companhia integra o Índice Brasil Amplo, Índice Brasil 100, Índice de Energia Elétrica, Índice de Ações com Governança Corporativa Trade, Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciado, Índice de Ações com Tag Along Diferenciado, e Índice de Utilidade Pública. A Companhia, atualmente, possui duas usinas de geração de energia elétrica que operam no regime de compra e venda de energia de capacidade instalada e 935 MW médios de garantia física de energia. Após assinatura do novo contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) ("UHE Porto Primavera"), que prolongou o prazo de concessão para 2056, a Companhia passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), operando suas usinas de forma integrada ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). As atividades operacionais da Companhia são de despacho efetuado pelo ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo:

| Usinas | 2021 | | | | Acumulado |
|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| Porto Primavera | 1.872.861 | 1.585.127 | 1.507.661 | 1.690.791 | 6.656.440 |
| Parabauna | 7.140 | 90.862 | 447.069 | 67.761 | 312.712 |
| Total | 1.880.001 | 1.676.089 | 1.654.730 | 1.758.552 | 6.969.152 |

| Usinas | 2020 | | | | Acumulado |
|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| Porto Primavera | 2.387.980 | 2.016.725 | 2.115.856 | 2.130.403 | 8.650.964 |
| Parabauna | 23.401 | 74.572 | 135.665 | 100.568 | 334.206 |
| Jaguari | 3.007 | 19.510 | 47.289 | 10.981 | 80.787 |
| Total | 2.414.388 | 2.110.807 | 2.299.810 | 2.241.952 | 9.065.957 |

(*) Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados.

(*) **Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:** a) **Votorantim e CPP Investments anunciaram intenção de consolidar ativos de energia e criar uma das maiores plataformas de renováveis no Brasil:** Durante o último trimestre de 2021 a Votorantim S.A. e o Canada Pension Plan Investment Board (CPP Investments) anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia no Brasil, criando uma das empresas líderes no setor de energia, que terá ações listadas no Novo Mercado. A consolidação pretende acontecer por meio de duas transações. A primeira será através da joint venture VTRM - formada pela Votorantim Energia e pelo CPP Investments - e deverá incluir as participações acionárias na CESP, ativos operacionais, participações acionárias da Votorantim Energia em ativos hidrelétricos e a Votorantim Comercializadora de Energia - Votener, além de projetos de expansão em desenvolvimento. Para a segunda transação, a VTRM encaminhou ao Conselho de Administração da CESP uma proposta de reorganização societária, tendo por objeto a incorporação das ações de emissão da Companhia. Ao final do processo de consolidação, a nova empresa deverá ser controladora integral da CESP e os atuais acionistas passarão a ser acionistas da nova empresa. Durante o primeiro trimestre de 2022 certos passos da operação, os quais estão descritos na nota 32 - Eventos Subsequentes, foram concluídos. b) **aprovação da proposta de pagamento de dividendos:** Em 30 de março de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a proposta da Administração para pagamento dos proventos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 580.164 (R\$ 150.000 referentes a juros sobre capital próprio e R\$ 700.164 referentes a dividendos mínimos obrigatórios e adicionais). Os juros sobre capital próprio (JCP) consideram a posição acionária existente no encerramento do pregão da B3 no dia 21 de dezembro de 2020 ("data base") e os dividendos pagos consideram o dia 1 de abril de 2021 como "data-base", respeitadas as negociações realizadas até esse dia, inclusive. As ações da Companhia passaram a ser negociadas "ex-JCP" em 22 de dezembro de 2020 e "ex-dividendos" a partir do dia 5 de abril de 2021, inclusive. O pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio referente ao exercício findo em 2020 foi realizado em duas parcelas, sendo a primeira no dia 15 de abril de 2021, no montante de R\$ 583.988, liquidando o montante de R\$ 134.050 referente a juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda, e o montante de R\$ 449.940 referente a dividendos. O pagamento da segunda parcela ocorreu no dia 15 de setembro de 2021, no montante representativo de R\$ 230.132 de dividendos e juros sobre capital próprio. c) **movimentação de dividendos no ano de 2021:**

| | Saldo de dividendos e JSCP provisionados em 2020 | 581.919 |
|--|--|-----------|
| Dividendos adicionais provisionados - exercício 2020 | | (834.120) |
| Pagos em 2021, referente ao exercício 2020 | | (107) |
| Dividendos e JSCP não reclamados | | (27) |
| Pagos em 2021, referente a períodos anteriores | | 389.381 |
| Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2021 | | 389.668 |

c) **Repactuação do Risco Hidrológico GSF (Generation Scaling Factor):** A Companhia vinha acompanhando o processo de regulamentação da Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, a qual estabelece regras para a repactuação do risco hidrológico em caso de alteração de energia elétrica, prevendo a compensação das perdas por meio de extensão de prazo de concessão de suas usinas, em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que impactaram de forma negativa o GSF após 2012. No primeiro trimestre de 2021, o Conselho de Administração aprovou: i. a concordância com os termos propostos no Ofício nº 36/2021, para que seja celebrado termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 3/2004, para previsão da extensão provisória de 6 meses da outorga da UHE Parabauna; ii. o envio de manifestação à ANEEL informando não haver interesse da Companhia em dar continuidade ao pedido de prorrogação de prazo de concessão da UHE Parabauna; iii. a manifestação do fim da extensão definitiva por conta da compensação prevista na Lei nº 14.052/2020; e, iii. adição à repactuação do risco hidrológico para as usinas Parabauna e Porto Primavera e consequente extensão de outorga, em razão da compensação prevista nos termos da Lei nº 14.052/2020. Nos termos das Resoluções Homologatórias nº 2.919 de 03 de agosto de 2021 e nº 2.932 de 14 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), entre as quais se incluem a UHE Parabauna e a UHE Porto Primavera.

Impairment - Amortização Intangível Prazo de concessão

| Usina | Valor | provisão acumulada | liquido | extensão | Data fim concessão |
|---------------------|----------------|--------------------|-----------------|----------------|-----------------------------|
| UHE Parabauna | 43.294 | — | (18.554) | 24.740 | 15 meses 3 de junho de 2022 |
| UHE Porto Primavera | 738.680 | (299.452) | — | 439.228 | 7 anos 13 de abril de 2056 |
| Total | 781.974 | (299.452) | (18.554) | 463.968 | |

A Companhia não é parte de ação judicial sobre o tema, não tendo quaisquer valores devidos relacionados a risco hidrológico, com exigibilidade suspensa no âmbito da liquidação financeira da CCEE, sendo que a operação de repactuação não representa risco de não recebimento de caixa ou de qualquer perda de prêmio pela Companhia. Com a homologação dos prazos de extensão e adesão à repactuação do risco hidrológico, a Companhia registrou o ativo intangível (Nota 15) em contrapartida com a rubrica de Recuperação de custos na Demonstração do resultado (Nota 5), no valor total de R\$ 781.974. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão (Outorga, Uso do bem público, terrenos e outros) foram ajustadas conforme os novos prazos de concessão de cada usina. No registro da repactuação do risco hidrológico da UHE Parabauna, houve o reconhecimento do montante de R\$ 18.554 de amortização decorrente do período de março a setembro de 2021, após homologação da ANEEL. d) **Restrições hídricas na UHE Porto Primavera:** Considerando a permanência do cenário de crise hídrica no país em 2021, e especialmente na bacia do Rio Paraná, onde se localiza a UHE Porto Primavera, causado pela precipitação significativamente abaixo da média nas principais bacias hidrográficas com usinas hidrelétricas integrantes do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), com as piores sequências hidrológicas do histórico de vazões registrado em 91 anos, as autoridades governamentais têm determinado, desde o fim de 2019, a redução de vazões mínimas praticadas. Nesse contexto, e considerando a Alerta de Emergência Hídrica emitido pelo Sistema Nacional de Meteorologia ("SNM") e a Resolução da ANA que declarou a situação crítica de escassez dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraná, que vigorou até 30 de novembro de 2021, bem como os estudos técnicos do ONS, foi estabelecido conjunto de medidas urgentes de flexibilização de restrições hídricas o qual foi adotado, em caráter excepcional, como alternativa para enfrentamento da escassez hídrica e seus impactos diversos, dado o risco de comprometimento da geração de energia elétrica para atendimento do SIN. Entre essas medidas, foi determinada a flexibilização da vazão da UHE Porto Primavera, e conforme aprovado pelo IBAMA no Plano de Trabalho para Redução da Vazão Defluente na UHE Porto Primavera. No final de agosto de 2021, foram retomados valores considerados ambientalmente seguros, conforme aumentos comandados pelo ONS. A CREG (Câmara de Regras Especiais para Gestão Hidroenergética, criada pela MP 1.055/2021), em suas duas últimas reuniões realizadas em 2021, deliberou sobre medidas relacionadas à flexibilização de vazão defluente da UHE Porto Primavera em 2022. A crise hídrica teve efeito direto no desempenho financeiro da Companhia em 2021. Como todas as outras geradoras de energia hidrelétrica, a Companhia foi penalizada pela queda na produção e com a piora do caixa que pode ser observado na Nota 5 Custos e despesas. e) **Homologação da TUST:** A Resolução Homologatória nº 2.896 de 13 de julho de 2021, estabeleceu o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão ("TUST") de energia elétrica, componentes do Sistema Interligado Nacional com vigência no período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. A nova tarifa aplicável à UHE Porto Primavera é de R\$ 10,815/kWh, aumento de 24% em relação à tarifa do ciclo anterior (R\$ 8,721/kWh). f) **Efeitos da pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19):** Desde que a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou a "situação de pandemia", decorrente do novo Coronavírus ("COVID-19"), a

Companhia e sua controlada informam que vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios. Sendo o impacto de energia uma atividade essencial, a Companhia adotou protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações de suas usinas hidrelétricas, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos instrumentos de proteção. Complementarmente, em 31 de dezembro de 2021, 100% dos colaboradores da sede administrativa estão trabalhando em regime de home office, e nas usinas a predominância é de trabalho presencial, respeitando as medidas sanitárias. Um risco potencialmente relevante à Companhia e sua controlada na emergência do COVID-19 está relacionado à adimplência de clientes e demais contrapartes em contratos de compra e venda de energia. Neste cenário, a Companhia e sua controlada mantêm um contato regular com seus principais parceiros comerciais. A posição de contas a receber da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2021, bem como as provisões de créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa refletem de maneira tempestiva a melhor análise da Administração neste momento sobre a qualidade e solvência dos direitos em questão. A despeito dos impactos econômicos decorrentes da pandemia, não houve inadimplência por parte do cliente, assim como as poucas renegociações contratuais realizadas, estruturadas de forma a preservar o valor presente dos contratos originais, não devem apresentar impactos materiais nos resultados da Companhia. A Companhia e sua controlada avaliaram também, seus principais contratos de fornecimento e suprimento de fornecedores, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais seguem sendo cumpridas e não há evidências ou formalização de insolvência ou qualquer descontinuidade. A gestão do balanço energético da Companhia para este exercício foi ajustada e a empresa encontra-se bem posicionada para geração de energia em condições adversas do GSF (Generation Scaling Factor) e variações relevantes dos preços de mercado de energia. Por fim, até o presente momento, a Companhia e sua controlada não tiveram impacto material em suas operações e liquidações de direitos e obrigações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando que estão expostas a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como está sujeita a eventuais restrições legais e de mercado que possam ser impostas como decorrência do COVID-19, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia possa provocar.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS E RESULTADOS DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2021, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações "IFRS" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração e sua gestão. O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 25 de março de 2022. **2.1. Consolidação:** A Companhia obteve autorização da ANEEL para operar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, por meio da CESP Comercializadora, no início de 2020. A Companhia posicionada na CESP potencializadora, possui participação de 100% de seu capital votante, isto é, está exposta ao voto direto e retornos variáveis do GSF (Generation Scaling Factor) e capacidade de dirigir suas atividades relevantes. Transações, saldos e resultados de transações entre a controlada e a Companhia são eliminados. **2.2. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas:** As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. Não houve alteração nas estimativas e premissas que apresentasse impacto significativo na probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o período findo em 31 de dezembro de 2021, em relação àquelas detalhadas nas últimas demonstrações financeiras anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pela alteração mencionada abaixo relativa ao cálculo de valor justo de contratos futuros de energia de sua controlada CESP Comercializadora. A controlada revisou as premissas utilizadas no cálculo do valor justo de seus contratos futuros de energia e concluiu como apropriada a mensuração integral, a partir de junho de 2021, de toda a sua carteira de contratos anteriormente limitada ao horizonte de 36 meses, tomando como base (i) os preços contratuais estabelecidos nas operações de compra e venda e (ii) os preços de mercado para mensuração da sua exposição, ambos descontados a valor presente pela curva futura do cupom do IPCA do período. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

| | Nota explicativa |
|--|------------------|
| Receita líquida | 4 |
| Custos e despesas | 5 |
| Contas a receber | 8 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11 |
| Imobilizado | 14 |
| Intangível | 15 |
| UBP - Uso do bem público | 19 |
| Obrigações socioambientais | 20 |
| Contratos futuros de energia | 21 |
| Benefícios pós-emprego | 22 |
| Provisão para litígios | 23 |

Cabe mencionar que, no quadro "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema EmpresasNet da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a "Outros Resultados Abrangentes", está apresentado na coluna com essa indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

3. MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

A Companhia e sua controlada analisaram as emendas às normas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e até o momento não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022.

5. CUSTOS E DESPESAS LÍQUIDOS

| Natureza dos custos e despesas | 2021 | | 2020 | |
|--|-------------|--------------|-------------|--------------|
| | Consolidado | Controladora | Consolidado | Controladora |
| Repactuação de risco hidrológico (Nota 15) | 781.974 | — | — | 781.974 |
| Reversão da provisão para litígios (Nota 23) | — | — | — | — |
| Energia comprada | 1.298.848 | — | 425.693 | 266.644 |
| Repactuação (provisão) de impairment (Nota 14.2 e 15.2) | (1.122.434) | — | (1.122.434) | (602.829) |
| Depreciação e amortização | — | (418.510) | (6.231) | (421.008) |
| Reversão (provisão) de impairment (Nota 14.2 e 15.2) | — | — | (248.520) | (248.520) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (176.414) | — | (176.414) | (148.858) |
| Pessoal | — | (22.181) | (51.895) | (68.279) |
| Baixa de depósitos judiciais | — | — | (60.256) | (63.284) |
| Serviços de terceiros | — | (16.183) | (41.845) | (58.028) |
| Administradores | — | — | 13.235 | (21.444) |
| Provisão para obrigações socioambientais (Nota 20) | — | — | (8.792) | (8.765) |
| Manutenção e conservação | — | (6.001) | (911) | (6.912) |
| Seguros | — | — | (4.246) | (5.966) |
| Benefícios pós-emprego (Nota 22) | — | — | (3.613) | (489) |
| Materiais | — | (524) | (2.870) | (3.313) |
| Alugueis | — | (1.192) | (277) | (1.469) |
| Reversão (provisão) de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais | — | (703) | (40) | (743) |

>>>>

CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

10.2. Composição e movimentação:

| | Consolidado e controladora | | | | | | 2021 | | 2020 | |
|---------------------------------|----------------------------|---------------|---------------|------------|------------------|--------------|----------------|----------------|-------|--|
| | Cíveis | Trabalhistas | Tributárias | Ambientais | Outros depósitos | Cauções | Total | Total | Total | |
| Saldo inicial do exercício | 163.476 | 37.340 | 11.642 | 43.040 | 3.267 | 1.731 | 260.496 | 343.979 | | |
| Adições | 16.262 | 480 | 1.629 | | 30 | 159 | 18.560 | 6.430 | | |
| Atualizações | 7.121 | 1.516 | 69 | 447 | 12 | 56 | 9.221 | 7.623 | | |
| (-) Levantamentos | (6.984) | (10.015) | (14) | | (38) | (73) | (17.124) | (10.600) | | |
| (-) Baixas | (64.761) | (10.027) | (53) | (344) | | | (75.185) | (86.936) | | |
| Reclassificação entre esferas | 46.159 | 239 | | (43.136) | (3.262) | | | | | |
| Saldo final do exercício | 161.273 | 19.533 | 13.273 | 7 | 9 | 1.873 | 195.968 | 260.496 | | |

A estratégia de análise criteriosa dos depósitos judiciais existentes e também andamento processual dos casos, resultou na baixa dos depósitos cíveis e trabalhistas, no montante de R\$ 75.185 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 86.936 em 2020), reconhecidos nas linhas de Outras Despesas Operacionais (Nota 5) e Resultado financeiro (Nota 6).

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

11.1. Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente, no decorrer da administração avaliada, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O tributo sobre a renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e as bases fiscais correspondentes utilizadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia e sua controladora apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando estão relacionados com a mesma autoridade fiscal. A Companhia e sua controladora apuram mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação. **11.2. Composição:** Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2021 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para o período das concessões, as quais são revisadas anualmente, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. As projeções, as quais levam em conta o prazo limite de cada concessão, adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratuais com distribuidoras através de licenças de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros. A estimativa utilizada para as análises é o Planejamento estratégico (PE) aprovado no Conselho de Administração que demonstra que a Companhia gerará lucros tributáveis até o final da concessão superiores ao montante total de créditos fiscais. É possível observar que os prejuízos fiscais e base negativa tem estimativa de serem recuperados em sua totalidade até 2036.

| | Consolidado | | Passivo (b) | | Líquido Ativo (a-b) | |
|--|------------------|------------------|----------------|---------------|---------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | |
| Efeito em resultado | | | | | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 1.035.256 | 1.040.974 | - | - | 1.035.256 | 1.040.974 |
| Atualização de saldo de depósitos judiciais | - | - | 18.291 | 66.781 | (18.291) | (66.781) |
| Provisão para litígios | 451.982 | 594.407 | - | - | 451.982 | 594.407 |
| Provisão para impairment - CPC 01 | 588.560 | 508.951 | - | - | 588.560 | 508.951 |
| Provisão ativo regulatório | 461.031 | 461.031 | - | - | 461.031 | 461.031 |
| Repactuação de risco hidrológico | - | - | 254.587 | - | (254.587) | - |
| Hedge accounting operacional | 4.318 | 3.355 | - | - | 4.318 | 3.355 |
| Atualização de benefícios pós-emprego | 74.085 | - | - | - | 74.085 | - |
| Contratos futuros de energia | 2.790 | 7.291 | - | - | 2.790 | 7.291 |
| Outras provisões | 72.149 | 85.200 | - | 5.801 | 72.149 | 79.399 |
| | 2.690.171 | 2.701.209 | 272.878 | 72.582 | 2.417.293 | 2.628.627 |
| Efeito em outros resultados abrangentes | | | | | | |
| Hedge accounting operacional | - | 32.082 | - | - | - | 32.082 |
| Custo atribuído de imobilizado (Nota 26.4) | 458.615 | 473.762 | - | - | 458.615 | 473.762 |
| Benefícios pós-emprego | 532.985 | 820.209 | - | - | 532.985 | 820.209 |
| | 991.600 | 1.326.053 | - | - | 991.600 | 1.326.053 |
| Total registrado | 3.681.771 | 4.027.262 | 272.878 | 72.582 | 3.408.893 | 3.954.680 |

| | Consolidado | | Passivo (b) | | Líquido Ativo (a-b) | |
|--|------------------|------------------|----------------|---------------|---------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | |
| Efeito em resultado | | | | | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 1.032.848 | 1.040.974 | - | - | 1.032.848 | 1.040.974 |
| Atualização de saldo de depósitos judiciais | - | - | 18.291 | 66.781 | (18.291) | (66.781) |
| Provisão para litígios | 451.982 | 594.407 | - | - | 451.982 | 594.407 |
| Provisão para impairment - CPC 01 | 588.560 | 508.951 | - | - | 588.560 | 508.951 |
| Provisão ativo regulatório | 461.031 | 461.031 | - | - | 461.031 | 461.031 |
| Repactuação de risco hidrológico | - | - | 254.587 | - | (254.587) | - |
| Hedge accounting operacional | 2.818 | 2.170 | - | - | 2.818 | 2.170 |
| Atualização de benefícios pós-emprego | 74.085 | - | - | - | 74.085 | - |
| Outras provisões | 71.818 | 84.960 | - | 5.801 | 71.818 | 79.159 |
| | 2.683.142 | 2.692.493 | 272.878 | 72.582 | 2.410.264 | 2.619.911 |
| Efeito em outros resultados abrangentes | | | | | | |
| Hedge accounting operacional | - | 19.915 | - | - | - | 19.915 |
| Custo atribuído de imobilizado (Nota 26.4) | 458.615 | 473.762 | - | - | 458.615 | 473.762 |
| Benefícios pós-emprego | 532.985 | 820.209 | - | - | 532.985 | 820.209 |
| | 991.600 | 1.313.886 | - | - | 991.600 | 1.313.886 |
| Total registrado | 3.674.742 | 4.006.379 | 272.878 | 72.582 | 3.401.864 | 3.933.797 |

11.3. Realização estimada do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos: As projeções financeiras realizadas tiveram os seguintes resultados, considerando a previsão de realização das principais diferenças temporárias pela Companhia e sua controladora com efeito em resultado.

| | Consolidado | | | | | | | | | | |
|--|-------------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|------|-------------|------------------|
| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 a 2036 | A partir de 2037 |
| Realização estimada de diferido com efeito em resultado | | | | | | | | | | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa | - | 140.393 | 102.542 | 193.875 | 174.958 | 423.488 | - | - | - | - | 1.035.256 |
| Atualização de saldo de depósitos judiciais | (534) | (8.056) | (9.701) | - | - | - | - | - | - | - | (18.291) |
| Provisão para litígios | 13.194 | 199.082 | 239.706 | - | - | - | - | - | - | - | 451.982 |
| Provisão para impairment - CPC 01 | 17.159 | 34.318 | 34.318 | 34.318 | 34.318 | 102.955 | 331.174 | 588.560 | - | - | 588.560 |
| Provisão ativo regulatório | - | 107.489 | 124.636 | 146.392 | 82.514 | - | - | 461.031 | - | - | 461.031 |
| Repactuação de risco hidrológico | (12.537) | (14.559) | (14.559) | (14.559) | (14.559) | (43.678) | (140.136) | (254.587) | - | - | - |
| Hedge accounting operacional | 4.318 | - | - | - | - | - | - | 4.318 | - | - | 4.318 |
| Atualização de benefícios pós-emprego | 74.085 | - | - | - | - | - | - | 74.085 | - | - | 74.085 |
| Contratos futuros de energia | 2.790 | - | - | - | - | - | - | 2.790 | - | - | 2.790 |
| Outras provisões | 20.869 | 27.361 | 8.356 | 7.566 | 2.940 | 1.165 | 3.892 | 72.149 | - | - | 79.399 |
| | 119.344 | 486.028 | 485.298 | 367.592 | 280.171 | 483.930 | 194.930 | 2.417.293 | - | - | 2.619.911 |

Realização estimada de diferido da reserva do PL com efeito em resultado
Custo atribuído de imobilizado

| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 a 2036 | A partir de 2037 |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------|-------------|------------------|
| | 15.140 | 30.280 | 30.280 | 30.280 | 30.280 | 90.840 | 231.515 | 458.615 | | | |
| | 15.140 | 30.280 | 30.280 | 30.280 | 30.280 | 90.840 | 231.515 | 458.615 | | | |
| | 134.484 | 516.308 | 515.578 | 397.872 | 310.451 | 574.770 | 426.445 | 2.875.900 | | | |

O montante de R\$ 532.985, em 31 de dezembro de 2021, referente à benefício pós-emprego reconhecido em outros resultados abrangentes, de acordo com a Administração da Companhia, não possui previsibilidade estimada de realização e irá ocorrer no curso normal das atividades.

| | Consolidado | | | | | | | | | | |
|--|-------------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|------|-------------|------------------|
| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 a 2036 | A partir de 2037 |
| Realização estimada de diferido com efeito em resultado | | | | | | | | | | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa | - | 140.232 | 102.220 | 193.553 | 174.636 | 422.207 | - | - | - | - | 1.032.848 |
| Atualização de saldo de depósitos judiciais | (534) | (8.056) | (9.701) | - | - | - | - | - | - | - | (18.291) |
| Provisão para litígios | 13.194 | 199.082 | 239.706 | - | - | - | - | - | - | - | 451.982 |
| Provisão para impairment - CPC 01 | 17.159 | 34.318 | 34.318 | 34.318 | 34.318 | 102.955 | 331.174 | 588.560 | - | - | 588.560 |
| Provisão ativo regulatório | - | 107.489 | 124.636 | 146.392 | 82.514 | - | - | 461.031 | - | - | 461.031 |
| Repactuação de risco hidrológico | (12.537) | (14.559) | (14.559) | (14.559) | (14.559) | (43.678) | (140.136) | (254.587) | - | - | - |
| Hedge accounting operacional | 4.318 | - | - | - | - | - | - | 4.318 | - | - | 4.318 |
| Atualização de benefícios pós-emprego | 74.085 | - | - | - | - | - | - | 74.085 | - | - | 74.085 |
| Outras provisões | 20.538 | 27.361 | 8.356 | 7.566 | 2.940 | 1.165 | 3.892 | 71.818 | - | - | 79.159 |
| | 114.723 | 485.867 | 484.976 | 367.270 | 279.849 | 482.649 | 194.930 | 2.410.264 | - | - | 2.619.911 |

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Saldo inicial do exercício | | | | |
| Efeitos no resultado do exercício | 3.954.680 | 1.877.412 | 3.933.797 | 1.877.412 |
| Efeitos em outros componentes do resultado abrangente | (246.097) | 1.496.603 | (244.410) | 1.487.887 |
| Hedge accounting operacional | - | (32.082) | 45.218 | (19.915) |
| Benefícios pós-emprego | (267.608) | 535.447 | (267.608) | 535.447 |
| Saldo final do exercício | 3.408.893 | 3.954.680 | 3.401.864 | 3.933.797 |

11.5. Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social no resultado: Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|-------------|----------|--------------|----------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | | | |
| Alíquota nominal | 705.439 | 256.798 | 703.718 | 254.333 |
| IRPJ e CSLL calculados à alíquota nominal | 34% | 34% | 34% | 34% |
| IRPJ e CSLL calculados à alíquota nominal | (239.849) | (87.311) | (239.264) | (86.473) |
| Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos | - | - | - | - |
| Juros sobre capital próprio | - | 51.000 | - | 51.000 |
| Equivalência patrimonial | - | - | 1.096 | 1.657 |
| Incentivo fiscal | 395 | 1.804 | 395 | 1.769 |
| Outras exclusões permanentes, líquidas | (6.521) | (7.006) | (6.481) | (7.001) |

14.2. Composição e movimentação:

| | Consolidado e controladora | | | | | | 2021 | | 2020 | |
|---|----------------------------|-------------------------------------|---|-------------------------|--------------|---------------------|------------------------|---|-------------------------|--------------|
| | Terrenos | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Veículos | Móveis e utensílios | Custos socioambientais | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Outros |
| Custo | 310.534 | 2.347.746 | 2.361.564 | 2.349.783 | 6.119 | 3.015 | 148.162 | 1.541 | 4.143 | 2.009 |
| Provisão para impairment | (37.248) | (866.551) | (279.149) | (316.966) | - | - | - | - | - | - |
| Depreciação acumulada | (15.903) | (3.862.236) | (1.503.146) | (1.295.860) | (4.662) | (996) | (31.486) | - | - | - |
| Saldo líquido inicial do exercício | 257.383 | 4.206.959 | 781.973 | 116.676 | 1.457 | 2.019 | 116.676 | 1.541 | 4.143 | 2.009 |
| Adições | - | - | - | 675 | - | - | 49.858 | - | 6.336 | - |
| Baixas | (4) | - | (2.651) | - | - | - | - | (1.509) | (146) | (146) |
| Ativações | - | - | - | 6.442 | - | - | - | (32) | (5.037) | (1.373) |
| Transferências (a) | (5.760) | (223.708) | (49.559) | (34.201) | (319) | (123) | (14.585) | - | (253) | (490) |
| Reclassificação para ativos mantidos para venda (b) | (7.679) | - | (808) | - | - | - | - | - | - | - |
| Reversão de provisão para impairment (Nota 15.3(b)) | - | 50.932 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo final do exercício | 243.940 | 4.034.183 | 529.251 | 754.878 | 1.138 | 1.896 | 151.949 | 5.189 | 4.143 | 2.009 |
| Custo | 302.851 | 8.935.74 | | | | | | | | |

CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

constituição de provisão de *impairment* no montante de R\$ 299.452 referente à repactuação do risco hidrológico reconhecido no ativo intangível (vide nota 15.2) e reversão de provisão de *impairment* no montante de R\$ 50.932 no ativo imobilizado, totalizando o montante de R\$ 248.520, com reconhecimento no resultado do exercício na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (vide nota 5).

| Consolidado e controladora | | | |
|----------------------------|----------------|-------------|-------------------------------|
| 2021 | | | |
| | Valor contábil | Valor Justo | Provisão de <i>impairment</i> |
| Imobilizado e intangível | 7.806.578 | 7.558.058 | (248.520) |
| UHE Porto Primavera | 41.493 | 41.493 | – |
| UHE Paraíbauna | 7.848.071 | 7.599.551 | (248.520) |

Abaixo estão demonstrados os impactos nos cenários projetados em função da variação das principais premissas de longo prazo utilizadas no teste de *impairment*.

| Consolidado e controladora | | | |
|----------------------------|--------------|-----------|--------------|
| | (2 p.p.) | Atual | +2 p.p. |
| Preço de energia | (351.251) | (248.520) | (145.789) |
| Preço de energia | -R\$5,00/MWh | Atual | +R\$5,00/MWh |
| Impairment | (393.075) | (248.520) | (103.965) |

(a) Refere-se a contratos de energia comprada para revenda, para o equilíbrio do balanço energético do exercício, face a garantia física das UHES da Companhia. (b) Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição - TUST/UTSD, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.896 de 13 de julho de 2021.

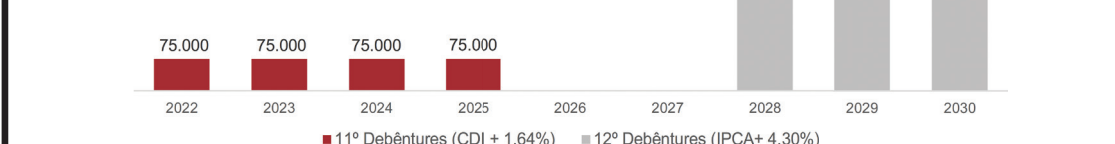
17. DEBÊNTURES
17.1. Política contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.
17.2. Composição:

| Consolidado e controladora | | | | | | | | |
|----------------------------|-----------------------------|---------------------|-------------------|----------------|---------------|-------------------|-----------------|------------------|
| Circulante | | | | Não circulante | | | | |
| | Encargos financeiros anuais | Encargos Principais | Custo de captação | Total | Principais | Custo de captação | Total | |
| Debêntures - 11ª emissão | CDI + 1,64% a.a. | 1.114 | 75.000 | (483) | 75.631 | 225.000 | (1.450) | 223.550 |
| Debêntures - 12ª emissão | IPCA + 4,30% a.a. | 27.401 | – | (5.014) | 22.387 | 1.712.787 | (38.442) | 1.674.345 |
| | | 28.515 | 75.000 | (5.497) | 98.018 | 1.937.787 | (39.892) | 1.897.895 |

| Consolidado e controladora | | | | | | | |
|----------------------------|-----------------------------|---------------------|-------------------|----------------|------------------|-------------------|------------------|
| Circulante | | | | Não circulante | | | |
| | Encargos financeiros anuais | Encargos Principais | Custo de captação | Total | Principais | Custo de captação | Total |
| Debêntures - 11ª emissão | CDI + 1,64% a.a. | 293 | (484) | (191) | 299.999 | (1.932) | 298.067 |
| Debêntures - 12ª emissão | IPCA + 4,30% a.a. | 23.425 | (5.014) | 18.411 | 1.546.245 | (43.458) | 1.502.787 |
| | | 23.718 | (5.498) | 18.220 | 1.846.244 | (45.390) | 1.800.854 |

A Companhia possui contratos de dívida (debêntures) sem *covenants* (cláusulas restritivas) financeiros, normalmente aplicáveis a esse tipo de operação. Além, outras restrições constantes da Escritura de Emissão são constantemente monitoradas. As obrigações decorrentes das debêntures, incluindo as obrigações pecuniárias, poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia resultar em um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 22.500 na rubrica de Outros Passivos (Nota 24) em contrapartida com as Despesas Financeiras (Nota 6), em decorrência da antecipação de prêmio para obtenção de anuidade dos debenturistas da 12ª emissão em relação a reorganização societária atualmente em curso e já mencionada na Nota Explicativa 1.2.

| 17.3. Cronograma de vencimentos de principal de debêntures | | | |
|--|---------|---------|---------|
| 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
| 570.929 | 570.929 | 570.929 | 570.929 |



17.4. Movimentação:

| Consolidado e controladora | |
|--|-----------|
| | 2021 |
| Saldo inicial do exercício | 1.819.074 |
| Captações | – |
| Custos de captação | – |
| Juros e encargos de dívidas | 88.424 |
| Atualização monetária | 166.544 |
| Apropriação dos custos de captação | 5.498 |
| Apropriação de custos de captação - Liquidação 11ª emissão de debêntures | – |
| Amortização do principal | – |
| Amortização de juros | (83.627) |
| Saldo final do exercício | 1.995.913 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou amortizações de juros referente às 11ª e 12ª emissões de debêntures, que possuem juros remuneratórios sobre o valor nominal unitário, pagos nos meses de fevereiro, junho, agosto e dezembro de cada ano.

18. ENCARGOS SETORIAIS

| Consolidado e controladora | |
|---|--------|
| | 2021 |
| Circulante | 69 |
| Reserva Global de Reversão - RGR | 6.440 |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | 444 |
| Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE | 1.039 |
| Quotas para P&D - FNDC | 520 |
| Quotas para P&D - MME | 312 |
| Quotas para P&D - CDE | 11.346 |
| P&D - Projetos (a) | 20.170 |
| Não circulante | – |
| P&D - Projetos (a) | 1.240 |
| | 1.240 |
| | 20.170 |

Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), atualizados pela SELIC. Os investimentos aplicados em P&D são contabilizados no ativo (Nota 9) e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação.

19. UBP - USO DO BEM PÚBLICO
19.1. Política contábil: De acordo com o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 - ANEEL que regula a exploração da UHE Porto Primavera, a Companhia tem a obrigação de pagamento de UBP de 2,50% sobre a receita bruta durante 5 anos. O montante de UBP é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso do bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento). A concessão teve início em 15 de abril de 2019 e tem vigência pelo período de 37 anos. O pagamento do UBP é mensal a partir do 13º mês após o início do contrato.
19.2. Composição e movimentação:

| Consolidado e controladora | | | | |
|---------------------------------------|----------|-----------------------------|----------|----------|
| | UBP | (-) Ajuste a valor presente | 2021 | 2020 |
| Saldo inicial do exercício | 167.948 | (12.584) | 155.364 | 167.630 |
| Realização do ajuste a valor presente | – | 5.631 | 5.631 | 6.791 |
| Reavaliação do fluxo de desembolso | 14.754 | (3.601) | 11.153 | (9.794) |
| Pagamentos | (42.155) | – | (42.155) | (29.263) |
| Saldo final do exercício | 140.547 | (10.554) | 129.993 | 155.364 |
| Circulante | 42.462 | – | 42.462 | 41.307 |
| Não circulante | 98.085 | (10.554) | 87.531 | 114.057 |
| | 140.547 | (10.554) | 129.993 | 155.364 |

20. OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS
20.1. Política contábil: Os custos socioambientais relativos à Licença de Operação ("LO") nº 121/2000 da UHE Porto Primavera renovada em 2018, são relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas às instalações da UHE incluindo reflorestamento e programas sociais. Para esses custos é elata a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos). O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação por parte da Companhia que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente da Companhia que surgiu de eventos passados. Essas obrigações são relativas aos Termos de Ajuste de Conduta ("TAC") firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.
20.2. Composição e movimentação:

| Consolidado e controladora | | | | | |
|--|-------------------|----------------------------------|----------------|----------|---------|
| | Licença ambiental | Termo de ajuste de conduta (TAC) | valor presente | 2021 | 2020 |
| Saldo inicial do exercício | 163.734 | 52.466 | (35.025) | 181.175 | 188.010 |
| Reavaliação do fluxo de desembolso - licença ambiental | 64.891 | – | (15.033) | 49.858 | (9.773) |
| Reavaliação do fluxo de desembolso - TAC | – | 7.607 | – | 7.607 | 4.206 |
| Pagamentos | (11.133) | (6.157) | – | (17.290) | (9.642) |
| Realização do ajuste a valor presente | – | 4.488 | – | 4.488 | 6.791 |
| Saldo final do exercício | 217.492 | 53.916 | (45.570) | 225.838 | 181.175 |
| Circulante | 30.958 | 7.055 | – | 38.013 | 28.426 |
| Não Circulante | 186.534 | 46.861 | (45.570) | 187.825 | 152.749 |
| | 217.492 | 53.916 | (45.570) | 225.838 | 181.175 |

21. CONTRATOS FUTUROS DE ENERGIA
21.1. Política contábil: A controlada da Companhia realiza operações de comercialização, sendo essas transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente convertíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que são celebrados, e reavaliados a valor justo na data do balanço, com contrapartida no resultado operacional. Conforme mencionado na nota 2.2, a partir de junho de 2021, a Companhia passou a mensurar a valor justo toda a sua carteira de contratos, que anteriormente era emitida àqueles com prazo de até 36 meses. O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.
21.2. Composição:

| Consolidado | | | | | |
|----------------|---------|-----------|----------|---------|-----------|
| | Ativo | Passivo | Total | Ativo | Passivo |
| Circulante | 270.815 | (282.619) | (11.804) | 103.139 | (120.475) |
| Não circulante | 341.292 | (337.697) | 3.595 | 25.297 | (29.405) |
| | 612.107 | (620.316) | (8.209) | 128.436 | (149.880) |

21.3. Movimentação:

| Saldo líquido inicial do exercício | | | |
|------------------------------------|----------|----------|------|
| | 2021 | 2020 | 2020 |
| Novos contratos | (21.444) | – | – |
| Realização | (74.451) | 7.067 | – |
| Marcação a mercado | 87.796 | (28.757) | – |
| Saldo líquido final do exercício | (110) | 246 | – |
| | (8.209) | (21.444) | – |

22. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO
A Companhia patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante é o denominado BPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) constituído em 1997. **22.1. Política contábil:** Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 - Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente. **22.2. Plano de migração CESP e equacionamento do déficit:** O equacionamento do déficit apurados na avaliação atuarial regulada pela PREVIC é efetuado de forma independente entre os subplanos, aplicando-se a cada um deles as determinações da Resolução CNPC nº30/2018. Visando mitigar os riscos atuais e futuros do plano, foi submetido para aprovação da PREVIC em 11 de janeiro de 2021 o processo de saldamento e migração do plano PSAP/CESP B1. Em 10 de dezembro de 2020, as medidas foram aprovadas pelo Conselho deliberativo da Vivest, e em 30 de agosto de 2021, as medidas foram aprovadas pela PREVIC, dando início ao processo de migração opcional que deverá ser concluído em março de 2022. Com a aprovação, a Companhia iniciou as palestras com os beneficiários. No processo de saldamento, que impacta apenas os participantes ativos e autopatrocinados, os benefícios já acumulados no plano são preservados e a acumulação futura é interrompida. Ou seja, não haverá mais novas contribuições para formação de benefício nos subplanos Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV) do PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que esse processo não impacta os beneficiários que são pagos aos aposentados e pensionistas pelo plano, cujo direito adquirido está preservado. Já a migração, é a oportunidade que os participantes têm de transferir seus recursos do PSAP/CESP B1, que é um plano de benefício definido - BD, para o Plano CESP CD, que é um plano de contribuição definida. Apesar de o saldamento ocorrer apenas para os participantes ativos, a migração para o Plano CESP CD será aberta para todos os participantes do Plano PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que a migração será voluntária e só ocorrerá durante o período de migração. Os participantes que não optarem pela migração permanecerão sob as regras e condições do PSAP/CESP B1, portanto recebendo uma renda vitalícia previamente definida. Os participantes que optarem pela migração deixam de ter o benefício da renda vitalícia e passam a ter uma renda financeira equivalente ao valor de sua reserva migrada. O valor final de eventual déficit, será recalculado pela metodologia PREVIC após conclusão das medidas migratórias, como, por exemplo, a migração opcional de participantes do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida. **22.3. Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com o CPC 33 (R) / IAS 19:** Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R) / IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos a cobertura dos planos de benefícios definidos - BD é como segue:

| 22.3.1. Premissas atuariais: | | | | | | |
|--|--------------------------------------|-------|-------|------------------------------|-------|-------|
| | 2021 | | | 2020 | | |
| | BSPS | BD | CV | BSPS | BD | CV |
| Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial | 8,68% | 8,68% | 8,68% | 6,56% | 6,56% | 6,56% |
| Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano | 8,68% | 8,68% | 8,68% | 6,56% | 6,56% | 6,56% |
| Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial | 5,26% | 5,26% | 5,26% | 3,21% | 3,21% | 3,21% |
| Taxa de credenciamento salarial | Eliminada devido ao saldamento | – | – | NA | 4,28% | 4,28% |
| Taxa de inflação de longo prazo | 3,25% | 3,25% | 3,25% | 3,25% | 3,25% | 3,25% |
| Taxa de rotatividade | Eliminada devido ao saldamento | – | – | Experiência Vivest | – | – |
| Tábu de mortalidade | AT 2000 segregada por sexo | – | – | AT 2000 segregada por sexo | – | – |
| Tábu de entrada em invalidez | LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30% | – | – | LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30% | – | – |
| Tábu de mortalidade de inválidos | AT - 1949 - Nacional agravada em 10% | – | – | AT - 1949 | – | – |

| Quantidade de participantes: | | | | | | |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Nº de participantes ativos | 62 | 155 | 87 | 58 | 145 | 137 |
| Nº de participantes inativos - aposentados sem por invalidez | 4.307 | 1.935 | 1.037 | 4.379 | 1.916 | 1.015 |
| Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez | 148 | 65 | 25 | 69 | 26 | 26 |
| Nº de participantes inativos - pensionistas | 1.227 | 231 | 84 | 1.154 | 205 | 75 |

22.3.2. Avaliação atuarial: Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). **a) Planos BSPS - Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997:** Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tinha como base a cobertura de 100% da média salarial final. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é exclusiva da Patrocinadora CESP. **b) Plano BD - Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997:** Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial final aos inscritos após 31 de dezembro de 1997 e proporcional tempo de serviço acumulado após 31 de dezembro de 1997 para os inscritos até esta data. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é de acordo com a legislação vigente, que atualmente remete à proporção das contribuições feitas ao plano entre Patrocinador de um lado e participantes (incluindo os assistidos) de outro, o que resulta em menos do que 50% como responsabilidade da Patrocinadora CESP, já que os auto-patrocinados estão incluídos entre os participantes. **c) Plano CV - Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997:** Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são: 1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários; 2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários; 3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10,15 ou 20 anos; 4. Renda mensal em percentual do saldo de 0,10% a 2,00%. O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência CESP.

| 22.4. Cálculo e movimentações: | | | | |
|--|-----------|-----------|---------|-----------|
| | BSPS | BD | CV | Total |
| Efeito sobre a obrigação de benefício definido de: | | | | |
| Taxa de desconto por redução em 0,5% | 6.421.859 | 1.017.539 | 142.799 | 7.582.197 |
| Taxa de desconto por aumentada em 0,5% | 6.953.078 | 1.123.809 | 159.993 | 8.236.880 |
| Fluxos de caixa projetados | BSPS | BD | CV | Total |
| Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte | 57.604 | – | 1.664 | 59.268 |
| Pagamentos esperados de beneficiários dos planos: | | | | |
| 2022 | 611.861 | 76.367 | 13.379 | 701.607 |
| 2023 | 621.375 | 78.643 | 13.717 | 713.735 |
| 2024 | 630.013 | 81.184 | 13.981 | 725.174 |
| 2025 | 637.616 | 83.551 | 14.352 | 735.519 |
| 2026 | 643.989 | 86.076 | 14.663 | 744.728 |
| 2027 a 2031 | 3.260.708 | 467.303 | 78.289 | 3.806.300 |

| Valor justo dos ativos do plano de benefícios | | | | | | |
|---|-----------|-----------|---------|---------|---------|---------|
| | BSPS | | BD | | CV | |
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Ativos | | | | | | |
| Disponível | – | 551 | – | 144 | – | 113 |
| Receivível | 579.328 | 1.362 | 149 | 1 | 10.438 | – |
| Investimento | 5.199.132 | 5.307.713 | 986.255 | 996.570 | 131.406 | 136.631 |
| | 5.778.460 | 5.309.626 | 986.404 | 996.715 | 141.844 | 136.744 |

Passivos
Obrigações
Fundos não previdenciais
Saldo de conta CD

| Valor justo | | | | | | |
|--------------------------|-----------|-----------|---------|---------|----------|----------|
| | BSPS | | BD | | CV | |
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Obrigações | (142.279) | (140.943) | (4.900) | (4.556) | (1.020) | (754) |
| Fundos não previdenciais | (1.760) | (3.656) | – | – | – | – |
| Saldo de conta CD | – | – | (7.421) | – | (21.406) | (28.259) |
| | 5.634.421 | 5.165.027 | 981.504 | 992.159 | 133.403 | 107.731 |

22.4.1. Conciliação dos ativos e passivos:

| Valor da obrigação atuarial líquida | | Valor justo dos ativos dos planos | |
|-------------------------------------|------|-----------------------------------|------|
| | 2021 | 2020 | 2020 |

CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

| Empresas | Nota | Natureza da operação | Controladora | | | Nível | Consolidado | | Controladora | |
|--|--------|--|------------------|--------------------|----------------------------|-------|-------------|-----------|--------------|-----------|
| | | | Ativo Circulante | Passivo Circulante | Resultado Receta/(despesa) | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. | 7.1 | Compra e venda de energia | 8.328 | - | 80.693 | 2 | 612.107 | 128.436 | - | - |
| CESP Comercializadora de Energia S.A. | | Compra e venda de energia, serviços e dividendos a receber | 22.318 | 6.929 | 166.202 | | 612.107 | 128.436 | - | - |
| PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda. | 15 | Fornecedores de serviços | - | - | (6) | | 3.125.689 | 2.853.798 | 2.369.497 | 2.595.482 |
| Compars Serviços e Assessorias Ltda. | 15 | Fornecedores de serviços | - | - | (3) | 2 | 1.995.913 | 1.819.074 | 1.995.913 | 1.819.074 |
| Instituto Votorantim | 15 | Doações | - | - | (316) | | 1.995.913 | 1.819.074 | 1.995.913 | 1.819.074 |
| VTRM Energia Participações S.A. | | Dividendos a pagar | - | 153.929 | - | | | | | |
| Votorantim S.A. | 15 | Fornecedores de serviços | - | 333 | (3.839) | | | | | |
| Vivest | 8 e 21 | Benefícios pós-emprego | 123 | 113 | (3.613) | | | | | |
| Banco Votorantim S.A. | | Caixa e equivalentes de caixa | 30.769 | 161.304 | 238.585 | | | | | |

| Empresas | Nota | Natureza da operação | Controladora | | | Nível | Consolidado | | Controladora | |
|--|------|--|------------------|--------------------|----------------------------|-------|-------------|------|--------------|------|
| | | | Ativo Circulante | Passivo Circulante | Resultado Receta/(despesa) | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. | 8 | Compra e venda de energia | 7.562 | - | 79.800 | | | | | |
| CESP Comercializadora de Energia S.A. | 8 | Compra e venda de energia | 33.418 | - | 307.672 | | | | | |
| Nexa Recursos Minerai S.A. | 9 | Fornecedores de serviços | 3.482 | - | (68) | | | | | |
| PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda. | 15 | Fornecedores de serviços | - | - | (415) | | | | | |
| Compars Serviços e Assessorias Ltda. | 15 | Fornecedores de serviços | - | - | (1.665) | | | | | |
| Instituto Votorantim | | Doações | - | - | - | | | | | |
| VTRM Energia Participações S.A. | | Dividendos a pagar | - | 229.213 | - | | | | | |
| Votorantim S.A. | 15 | Fornecedores de serviços | - | - | (3.460) | | | | | |
| Vivest | 9 | Benefícios pós-emprego | 12.536 | - | 489 | | | | | |
| Banco Votorantim S.A. | | Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos | 85.044 | 2.831 | 1.869 | | | | | |

25.3. Remuneração do pessoal chave da Administração: A remuneração da Administração da Companhia, que inclui Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi no montante de R\$ 8.792 (R\$ 8.765 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 7.131 relacionado às remunerações fixa e variável (R\$ 6.728 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 1.661 referente a encargos sociais (R\$ 2.037 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

| Empresas | Nota | Natureza da operação | Controladora | | | Nível | Consolidado | | Controladora | |
|--|------|--|------------------|--------------------|----------------------------|-------|-------------|------|--------------|------|
| | | | Ativo Circulante | Passivo Circulante | Resultado Receta/(despesa) | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. | 8 | Compra e venda de energia | 7.562 | - | 79.800 | | | | | |
| CESP Comercializadora de Energia S.A. | 8 | Compra e venda de energia | 33.418 | - | 307.672 | | | | | |
| Nexa Recursos Minerai S.A. | 9 | Fornecedores de serviços | 3.482 | - | (68) | | | | | |
| PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda. | 15 | Fornecedores de serviços | - | - | (415) | | | | | |
| Compars Serviços e Assessorias Ltda. | 15 | Fornecedores de serviços | - | - | (1.665) | | | | | |
| Instituto Votorantim | | Doações | - | - | - | | | | | |
| VTRM Energia Participações S.A. | | Dividendos a pagar | - | 229.213 | - | | | | | |
| Votorantim S.A. | 15 | Fornecedores de serviços | - | - | (3.460) | | | | | |
| Vivest | 9 | Benefícios pós-emprego | 12.536 | - | 489 | | | | | |
| Banco Votorantim S.A. | | Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos | 85.044 | 2.831 | 1.869 | | | | | |

26.1. Direito das ações: (a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características: a) Prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia; b) Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas; c) Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e o respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado; d) Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B; e) Serão irredimíveis. (b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características: a) Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação do acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia; b) Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos deste estatuto social; c) Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado; d) Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A; e) Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e) Serão irredimíveis. (c) A cada ação ordinária conferirá um voto nas deliberações da Assembleia Geral, exceto no caso previsto no Parágrafo Primeiro em relação a eleição de membros do Conselho de Administração. (d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (i) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (ii) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconvertíveis.

| Acionistas | Quantidade de ações - Em unidades | | | | | | |
|----------------------------------|-----------------------------------|------------------------|------------------------|------------|-------|-------------|-------|
| | Ordinárias | Preferenciais Classe A | Preferenciais Classe B | Total | % | % | |
| VTRM Energia e Participações S/A | 102.091.755 | 93,52 | - | 28.928.300 | 13,71 | 131.020.055 | 40,01 |
| Outros | 102.091.755 | 93,52 | - | 28.928.300 | 13,71 | 131.020.055 | 40,01 |

| Outros | Quantidade de ações - Em unidades | | | | | | | |
|---------------------|-----------------------------------|------------------------|------------------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| | Ordinárias | Preferenciais Classe A | Preferenciais Classe B | Total | % | % | | |
| Ações em tesouraria | 25.980 | 0,02 | 84.515 | 1,14 | 2.560 | - | 113.055 | 0,03 |
| Ações em circulação | 7.050.066 | 6,46 | 7.301.808 | 98,86 | 182.017.689 | 86,29 | 196.369.563 | 59,96 |
| | 7.076.046 | 6,48 | 7.386.323 | 100,00 | 182.020.249 | 86,29 | 196.482.618 | 59,99 |
| | 109.167.801 | 100,00 | 7.386.323 | 100,00 | 210.948.549 | 100,00 | 327.502.673 | 100,00 |
| | 1.991.815 | | 134.767 | | 3.848.851 | | 5.975.433 | |

26.2. Reservas de capital: Remuneração das Imobilizações em andamento - Capital Próprio. Refere-se a montante remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios, utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

| Reserva legal (a) | Consolidado e controladora | |
|--|----------------------------|-----------|
| | 2021 | 2020 |
| Reserva estatutária (b) | 280.230 | 258.188 |
| Retenção de lucros (c) | 597.544 | 597.544 |
| Dividendos adicionais propostos (Nota 1.2 (b)) | 1.078.890 | 1.078.783 |
| | - | 252.622 |
| | 1.956.664 | 2.187.137 |

(a) A Reserva legal é constituída através da retenção de 5% do lucro do exercício social, até o limite de 20% do Capital social; (b) A Reserva estatutária poderá ser constituída pela retenção de até 20% do saldo após já calculados os dividendos mínimos obrigatórios de 10% do capital social, deliberação da Assembleia Geral, limitando-se à 10% do capital social, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a reserva estatutária está no seu limite, com saldo de R\$ 597.544; (c) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos e destinado a outra finalidade, conforme projeção de fluxo de caixa e orçamentos da Companhia aprovados pelos acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. **26.4. Ajuste de avaliação patrimonial (deemed cost):** De acordo com o ICP 10, em 1º de janeiro de 2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 14.3), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajustes de avaliação patrimonial". A depreciação é contabilizada na rubrica de "Lucros acumulados" e eventual baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

| Saldo inicial do exercício | Consolidado e controladora | |
|---------------------------------------|----------------------------|----------|
| | 2021 | 2020 |
| Realização no exercício (depreciação) | (1.393.420) | 473.762 |
| Realização no exercício (depreciação) | 44.551 | (15.147) |
| Baixa referente a ativos UHE Jaguarí | - | - |
| Saldo final do exercício | (1.348.869) | 458.615 |

26.5. Outros resultados abrangentes: A partir da adoção do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido. A parte do ganho ou perda resultantes de instrumentos de hedge determinada como eficaz é reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes (Nota 27.5.3).

| Saldo inicial do exercício | Consolidado e controladora | |
|--|----------------------------|-------------|
| | 2021 | 2020 |
| Provisão de Hedge accounting operacional | 94.358 | (132.995) |
| (-) IRPJ e CSLL diferidos | (32.082) | 45.218 |
| Provisão de Hedge accounting reflexo (Nota 13.3) | 62.276 | (87.777) |
| Ajuste de benefício pós-emprego no exercício (-) IRPJ e CSLL diferidos | 787.082 | (1.517.581) |
| | (267.608) | 535.447 |
| | 519.474 | (982.134) |
| | (1.384.047) | (1.965.797) |

26.6. Ações em tesouraria: Em 30 de outubro de 2019 a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, naquela data, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais de classe A de sua emissão. Nos termos do Programa de Recompra, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, adquirir (i) 218.000 (duzentas e dezotto mil) ações preferenciais classe A nominativas, escriturais e sem valor nominal, correspondentes a 2,95% do total dessa classe de ação e 0,07% do capital social total da Companhia; e (ii) até 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, correspondentes a 0,04% do total dessa classe de ação e 0,01% do capital social total da Companhia. Em janeiro de 2021, a Companhia realizou recompra de ações em tesouraria no montante de R\$ 3.332, referente a 25.977 ações ordinárias e 84.514 ações preferenciais classe A. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía em tesouraria 25.980 ações ordinárias, 84.515 ações preferenciais classe A e 2.560 ações preferenciais classe B, totalizando 113.055 ações de sua emissão. **26.7. Proposta de destinação do resultado:** Conforme Estatuto Social da Companhia, havendo lucro suficiente, é assegurado aos acionistas a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos são considerados: i) o montante destinado para Reserva Legal, e ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos não são reconhecidos para o patrimônio líquido da Companhia. Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, será proposta a destinação do dividendo anual de R\$ 389.381, provisionado no passivo.

| Lucro líquido do exercício | Consolidado e controladora | |
|---|----------------------------|-----------|
| | 2021 | 2020 |
| (-) Reserva legal - 5% | 440.827 | 1.728.762 |
| (-) Ajuste de avaliação patrimonial | (22.042) | (86.438) |
| Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos) | 389.381 | 1.613.359 |
| (-) Juros sobre capital próprio | - | (150.001) |
| (-) Dividendos obrigatórios (10% do capital social) | (389.381) | (447.542) |
| (-) Reserva estatutária (Expansão - Art 33, IV Estatuto Social) | - | 1.015.816 |
| (-) Dividendos adicionais propostos | - | (252.622) |
| (-) Retenção de lucros | - | (672.456) |

26.7.2. Lucro por ação: Lucro líquido do exercício (a) 440.827 1.728.762 Quantidade de ações (b) 327.503 327.503 Lucro por ação (a/b) 1.3460 5.2786

A Companhia não tem instrumentos patrimoniais ou contratos com efeito diluidor, logo, o lucro por ação diluído nos exercícios de 2021 e 2020 é igual ao lucro básico por ação informado acima.

| Dividendos e juros sobre capital próprio por ação: | Consolidado e controladora | | | |
|--|----------------------------|------------|---------|------------|
| | 2021 | | 2020 | |
| Dividendos | 128.225 | R\$ 1,1748 | 283.374 | R\$ 2,5963 |
| Ações preferenciais classe A - PNA | 13.327 | R\$ 1,8252 | 19.112 | R\$ 2,5963 |
| Ações preferenciais classe B - PNB | 247.829 | R\$ 1,1748 | 283.374 | R\$ 2,5963 |
| | 389.381 | | 850.164 | |

A diferença entre a quantidade de ações no cálculo de lucro por ação e dividendos por ação refere-se às ações em tesouraria.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia e sua controlada compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores e comercializadoras (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado regulado). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

| Ativos financeiros | Nível | Consolidado | | Controladora | |
|---|-------|-------------|-----------|--------------|-----------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Avaliados ao custo amortizado | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7) | 1 | 428.231 | 713.384 | 376.541 | 643.045 |
| Aplicações financeiras (Nota 7.3) | 1 | 77.751 | - | 77.751 | - |
| Contas a receber (Nota 8) | 1 | 268.439 | 272.817 | 176.044 | 213.276 |
| Ativos sujeitos à indenização (Nota 12) | 1 | 1.739.161 | 1.739.161 | 1.739.161 | 1.739.161 |
| | | 2.513.582 | 2.725.362 | 2.369.497 | 2.595.482 |

| Fatores de risco | Equivalentes de caixa e aplicações financeiras | Principal de debêntures | Principal de instrumentos financeiros derivativos | Contratos futuros de energia | Unidade | Impactos no resultado | | | | |
|-------------------------|--|-------------------------|---|------------------------------|--------------|---------------------------------|-------------------------|------------------|----------|----------|
| | | | | | | Choque nas curvas de 31/12/2021 | Resultados do cenário I | Cenário II & III | +25% | +50% |
| Taxas de juros | | | | | | | | | | |
| BRL-CDI | 505.780 | 301.114 | 61.386 | - | BRL milhares | 191bps | (28.809) | (5.833) | 5.833 | 11.667 |
| BRL-IPCA | - | 1.740.188 | - | - | BRL milhares | (456bps) | 79.353 | 43.766 | 87.532 | (43.766) |
| Taxas de câmbio | | | | | | | | | | |
| Dólar americano | - | - | 11.000 | - | USD milhares | (1,44%) | 880 | 15.341 | 30.682 | (15.341) |
| MTM de energia elétrica | | | | | | | | | | |
| Valor justo | - | - | - | - | BRL milhares | | (8.209) | (22.178) | (36.148) | 5.761 |

| Fatores de risco | Equivalentes de caixa e aplicações financeiras | Principal de debêntures | Principal de instrumentos financeiros derivativos | Unidade | Impactos no resultado | | | | | |
|------------------|--|-------------------------|---|--------------|---------------------------------|-------------------------|-------------------|---------|----------|----------|
| | | | | | Choque nas curvas de 31/12/2021 | Resultados do cenário I | Cenários II & III | +25% | +50% | |
| Taxas de juros | | | | | | | | | | |
| BRL-CDI | 454.165 | 301.114 | 39.064 | BRL milhares | 191bps | (26.455) | (4.535) | (9.070) | 4.535 | 9.070 |
| BRL-IPCA | - | 1.740.188 | - | BRL milhares | (456bps) | 79.353 | 43.766 | 87.532 | (43.766) | (87.532) |
| Taxas de câmbio | - | - | 7.000 | USD milhares | (1,44%) | 560 | 9.762 | 19.525 | (9.762) | (19.525) |

28. RISCO DO NEGÓCIO Os riscos de negócio mais relevantes no entendimento da Companhia são: **28.1. Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor):** A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico. A principal usina hidrelétrica da Companhia, UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que representa 94% de sua garantia física para venda, concentra-se na área de influência da bacia do Rio Paraná, cuja região oeste do Estado de São Paulo e opera a fio d'água. A Garantia Física do sistema representa a máxima quantidade de energia possível de ser suprida em condição permanente a um dado critério de garantia de suprimento. A Garantia Física respectiva de cada usina corresponde ao limite de energia que ela está autorizada a comercializar através de contratos. Os riscos de escassez de água devido às condições pluviométricas são cíclicos, porém essas ocorrências têm sido intensas nos últimos anos. Conforme a regulamentação atualmente vigente no setor elétrico, parte dessa escassez é coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, instrumento que compartilha os riscos de geração insuficiente de energia entre todas as usinas hidrelétricas integrantes desse mecanismo, captando as diferenças de sazonalidades das vazões nas diversas bacias hidrográficas, com o objetivo de garantir o suprimento de energia necessário para a operação do sistema. O MRE não é suficiente para suprir a soma das garantias físicas desses empreendimentos ocure ou denominado GSF - Generation Scaling Factor inferior a 1, impactando financeiramente essas usinas pela razão entre sua garantia física e o montante efetivamente gerado, valorado ao PLD - Preço de Liquidação das Diferenças e liquidado mensalmente. Por esse motivo, o GSF pode afetar os resultados da Companhia e sua condição financeira, bem como a geração de fluxo de caixa futuro. Por outro lado, quando a geração de suas usinas supera as garantias físicas, os agentes do MRE são beneficiados com a denominada "energia secundária", que também é remunerada ao PLD. Vivest mitigar os impactos financeiros do risco hidrológico sobre a geração hidrelétrica no SIN, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 889/2015, posteriormente convertida na Lei nº 13.203/2015, aprovada em 2015, que altera o regime de remuneração das usinas hidrelétricas. A Companhia, após estudos e análises aprofundados, protocolou junto à ANEEL o requerimento de adesão à repactuação do risco hidrológico no ACR - Ambiente de Contratação Regulada, em que 350 MW médios contratados em 2016 e 230 MW médios contratados de 2017 até 2028 estão com riscos cobertos

quanto ao GSF. Em relação ao ACL - Ambiente de Contratação Livre, a decisão foi pela não adesão, causada pela não atratividade confirmada, inclusive, visto com base em dados da B3, Banco Central do Brasil e Bloomberg. **28.2. Risco de não renovação das concessões:** A Companhia detém a concessão de duas usinas hidrelétricas, cujos vencimentos estão discriminados na tabela abaixo:

| UHE | Parabubuna | Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) | Vencimento | |
|-----|------------|---|--------------------|---------------------|
| | | | 3 de junho de 2022 | 13 de abril de 2026 |
| | | | | |

29. SEGUROS (NÃO AUDITADO) A Companhia e sua controlada mant

CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

| | Consolidado e controladora | | | | | | |
|---|----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|-------------------|
| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | Após 2026 | Total |
| Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) | 5.720 | 5.603 | 5.603 | 5.603 | 5.603 | 164.357 | 192.489 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 223.483 | 225.878 | 225.878 | 225.878 | 225.878 | 6.625.753 | 7.752.748 |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) | 38.831 | 51.372 | 51.543 | 51.372 | 51.372 | 1.506.903 | 1.751.392 |
| Encargos de conexão | 158 | 160 | 160 | 160 | 160 | 4.707 | 5.508 |
| Contratos de compra de energia | 573.674 | 62.541 | 39.837 | 25.346 | 14.066 | 1.262 | 716.726 |
| | 841.867 | 345.555 | 323.021 | 308.359 | 297.079 | 8.302.982 | 10.418.863 |

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia e sua controlada avaliaram os critérios do CPC 22 Informações por segmento e concluíram que há apenas um segmento operacional. A Companhia administra os seus principais negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada por seus ativos ou comprada para revenda para a gestão de seu portfólio de energia. A Companhia e sua controlada possuem a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados.

32. EVENTO SUBSEQUENTE

a) Operação VTRM: Em 07 de janeiro de 2022 o Conselho de Administração da CESP concluiu e aprovou, de forma unânime, as negociações da relação de troca das ações da Companhia por ações de emissão da VTRM, conforme proposta enviada ainda em 2021 e descrito na nota 1.2(a). A relação de substituição foi livremente negociada entre a administração da VTRM e o Comitê especialmente formado para monitoramento dessa operação, e na data de efetivação da incorporação de ações, os acionistas não controladores receberam, para cada 1 ação de emissão da Companhia de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe: i. 6,567904669174 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM; e ii. 0,095425888495 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM, compulsoriamente resgatáveis. A incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia por sua controladora VTRM foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de fevereiro de 2022. Ainda no contexto da operação, em 03 de fevereiro de 2022 foi concluída a reestruturação societária da VTRM, o qual houve a incorporação da Votantomim Geração de Energia S.A. e a contribuição de caixa de R\$ 1.500.000 pelo CPP. Com a conclusão da Operação VTRM, a VSA e o CPP passaram a deter participações societárias de aproximadamente 54,2% e 45,8% no capital social da VTRM, respectivamente. Em 16 de fevereiro de 2022 foram concluídas as anuências dos debenturistas das 11ª e 12ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica da Companhia - *Waiver 11* - Emissão e *Waiver 12* - Emissão. Em 25 de fevereiro de 2022, a VTRM obteve o registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM e teve

deferido o pedido de listagem na B3, com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado. Essas ações eram condições precedentes à incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela VTRM. Com o fim do prazo do exercício de direito de retirada dos acionistas dissidentes, em 23 de março de 2022, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia as condições de incorporação de ações e do resgate das ações preferenciais VTRM e determinada a data de fechamento da transação em 25 de março de 2022. Nessa data, ocorreu o último dia de negociação das ações da Companhia na B3, passando a ser, a partir de então, subsidiária integral da VTRM.

| DIRETORIA | |
|---|---------------------------------------|
| Mario Bertocchini - Diretor Presidente e de Relações com Investidores | Marcelo de Jesus - Diretor Financeiro |
| CONTADOR | |
| Rafael Reva - CRC 053.271/O-0 "SP" | |

| PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO | | |
|---|-------------------------------------|----------------------------|
| O Comitê de Auditoria Estatutário da CESP - Companhia Energética de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 25 da Instrução da CVM no. 480/09, examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Relatório da Administração, e o relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia. Com base em documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas. | | |
| São Paulo, 25 de março de 2022. | | |
| Mesa | | |
| Sergio Ricardo Romani - Presidente | Mauro Mitsuru Nakamura - Secretário | |
| Membros do Comitê de Auditoria presentes | | |
| Sergio Ricardo Romani | Heraldo Gilberto de Oliveira | Marcos Antonio Quintanilha |

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Normas, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Mutação do Patrimônio Líquido, Proposta da Administração para Destinação do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais

fatos administrativos do exercício. Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Relatório dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas.

| Mesa | | |
|---|-------------------------------------|-------------|
| Guillermo Oscar Braunbeck - Presidente | Mauro Mitsuru Nakamura - Secretário | |
| Membros do Conselho Fiscal presentes | | |
| Paulo Roberto Franceschi | Guillermo Oscar Braunbeck | Iara Pasian |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

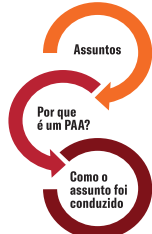
CESP - Companhia Energética de São Paulo

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CESP - Companhia Energética de São Paulo e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo e da CESP - Companhia Energética de São Paulo e sua controlada em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

| Porque é um PAA | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria |
|---|--|
| <p>Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de impairment) - Nota 15.3</p> <p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 5.722.424 mil e R\$ 1.913.809 mil, referente a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. A Administração realiza anualmente o teste de <i>impairment</i> desses ativos, baseado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa, tais como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras. Consideramos o teste de <i>impairment</i> dos ativos imobilizados e intangíveis como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.</p> | <p>Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, dentre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. Adicionalmente, incluíram: • Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como análise das principais premissas utilizadas nas projeções. • Revisão à análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários. • Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de <i>impairment</i> e as divulgações são consistentes com as documentações apresentadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.</p> |
| <p>Realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social - Nota 11</p> <p>A Companhia e sua controlada apresentam, em 31 de dezembro de 2021, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 3.408.893 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera provável que haverá geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos. A Administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, tais como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras. O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeção dos lucros tributáveis futuros. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e também pela magnitude dos valores em relação à posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.</p> | <p>Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, dentre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. Adicionalmente, entendemos as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções envolvidas, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções. Também analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela administração e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> |

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e sua controlada não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



| Porque é um PAA | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria |
|-----------------|---|
|-----------------|---|

GSF - Generation Scaling Factor - Nota 1.1.(b) e 11.(b)

Em setembro de 2021 a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de realocação de energia - MRE, conforme cálculo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), entre as quais incluem as usinas UHE Paraibuna e a UHE Porto Primavera. O Conselho de Administração da CESP, havia aprovado a adesão à repactuação do risco hidrológico para tais usinas a partir da homologação e CESP não é parte de ação judicial sobre o tema. Com a homologação dos prazos de extensão e adesão à repactuação do risco hidrológico, a CESP registrou o ativo intangível no valor total de R\$ 781.974 mil em contrapartida com a rubrica de Recuperação de custos na demonstração do resultado. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão foram ajustados conforme os novos prazos de concessão de cada usina. Em função da repactuação do risco hidrológico e a extensão do prazo de concessão, a Administração da CESP preparou estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo intangível em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro descontado das operações e do valor da indenização ao final da concessão, quando aplicável e identificou a necessidade de consultar provisão para *impairment* na UHE Porto Primavera no montante de R\$ 299.452 mil, com reconhecimento no resultado do período na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". A elaboração de estimativas do valor recuperável do ativo intangível requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função do impacto significativo na posição patrimonial e financeira da Companhia e por envolver julgamento da administração na determinação das premissas utilizadas nas análises de recuperabilidade.

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Reuniões com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento das circunstâncias relacionadas à repactuação. • Avaliamos as aprovações realizadas pelos órgãos de governança. • Confrontamos os valores homologados pela ANEEL com aqueles contabilizados pela CESP. • Entendemos as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções. • Analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os valores contabilizados, as premissas utilizadas e os correspondentes cálculos efetuados pela administração em seu teste de *impairment* e as divulgações são consistentes com as informações obtidas em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Entidade de previdência a empregados - Nota 22

Conforme descrito à Nota 22, a Companhia patrocina planos de assistência médica e aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. Os planos classificados como "benefício definido" geraram em 31 de dezembro de 2021, passivos líquidos no montante de R\$ 1.785.499 mil, os quais foram calculados com base em hipóteses atuariais que incluem taxa de desconto, taxa de inflação anual de longo prazo, índices de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas de custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários aos referidos planos de benefício. Os cálculos atuariais, base para determinação dessas obrigações, foram elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram as referidas hipóteses atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde. O processo de estimativa na determinação do valor presente com os planos requer o exercício de julgamentos relevantes sobre tais hipóteses atuariais. Considerando que a utilização de diferentes estimativas e hipóteses atuariais para a determinação do valor presente dos planos poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, mantivemos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes: • Reuniões com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento sobre como a administração mensura as obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar. • Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido. • Avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das principais hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como, taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábuas de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários, conforme aplicável. • Revisão da precisão matemática dos cálculos efetuados pelo atuário da Companhia. • Teste, com base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pela avaliação atuarial de dezembro 2021. • Nossos procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões para litígios - Nota 23

Em 31 de dezembro de 2021, Companhia possui provisões para prováveis perdas decorrentes de processos judiciais que são mensuradas com base na análise de prognóstico dos respectivos processos e causas no valor de R\$ 1.329.360 mil. Adicionalmente, a Companhia possui ações tributárias, cíveis, ambientais, trabalhistas e de desapropriações em andamento no montante de R\$ 2.139.023 mil e 4.971.781 mil, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis e remotas pela administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos em decorrência dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. A determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa requer julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria considerando que a utilização de diferentes estimativas e premissas para a determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e divulgados poderiam produzir impactos significativamente diferentes daquelas apurados pela administração.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, também consideramos: • Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a mensuração e existência dos processos da Companhia. • Avaliação, com o apoio de nossos especialistas, da consistência dos critérios e das premissas para mensuração, reconhecimento e classificação de risco de perda dos processos, preparada pela administração a partir de avaliações realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. • Obtenção de confirmações de informações diretamente com assessores jurídicos. • Discussão dos assuntos mais relevantes com os órgãos de governança da Companhia. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

São Paulo, 25 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
(Nova denominação de PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes)
CRC 2SP000160/O-5
Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2
¹Parágrafos adicionais obrigatórios para entidades listadas - ver itens 40(b) e (c) da NBC TA/ISA 700.

